

Interpretações sobre o fenômeno da moradia unipessoal no Brasil: do isolamento à emancipação

Laura Meira Bonfim Mantellatto¹

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Resumo: dentre as particularidades inscritas no espaço urbano contemporâneo, esse artigo aborda o fenômeno das moradias unipessoais. Através da revisão bibliográfica, procura-se evidenciar o traço de ambiguidade que envolve o processo de individualização na atualidade, associado tanto ao isolamento e fragmentação do espaço social, como também à possibilidade de emancipação dos sujeitos. Essas duas vertentes serão aprofundadas através das dissertações de mestrado de Carvalho (1997) e Martins (2010) as quais ocupam-se em discutir as experiências de morar só. A despeito de ser um estilo de vida engendrado pelas demandas do sistema econômico vigente, constata-se que tal experiência é ressignificada pelos sujeitos, os quais atribuem sentidos de emancipação à condição de morar só.

Palavras-chave: morar só; individualização; contemporaneidade.

Introdução

O crescimento de unidades domésticas ocupadas por uma pessoa no Brasil intensificou-se, a partir de 1970, período em que Berquó (1998) destaca um contraste demográfico no país, a saber, o aumento da quantidade de residências no país e, por outro lado, a redução de pessoas por domicílio. À vista disso, nessa época verificou-se a multiplicação de residências unipessoais no país, taxa que manteve-se em progressão nas décadas subsequentes. A autora elenca alguns fatores que engendraram esse processo: o crescimento de separações e divórcios, ingresso da mulher no mercado de trabalho, o aumento da expectativa de vida, a saída dos jovens do núcleo familiar, assim como a flexibilização das relações afetivas, resultando na abertura de padrões tradicionais, como o da necessária

¹ Graduada em Psicologia (UNESP -2015), mestranda em Psicologia e Sociedade, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa “Figuras e Modos de Subjetivação no Contemporâneo” (UNESP), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
laura.mantellatto@gmail.com

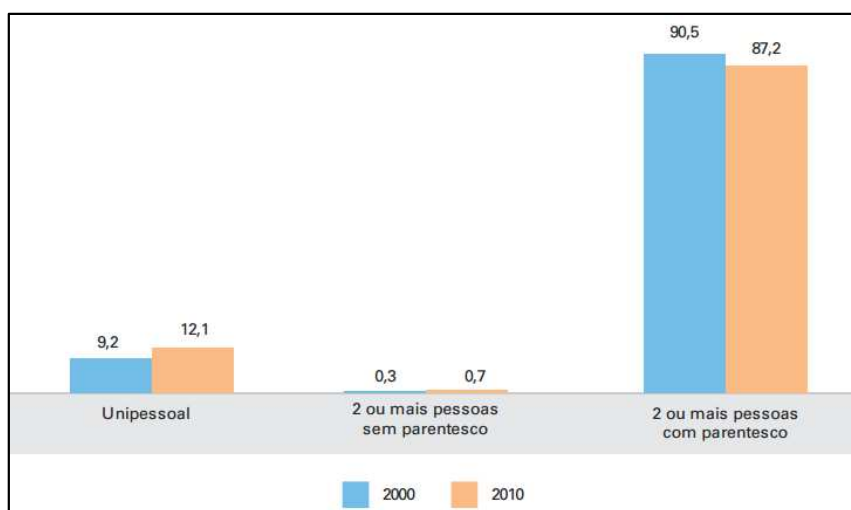
17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

divisão do espaço doméstico entre casais. É nesse momento histórico que Mello & Novais (1998) ressaltam a consagração do projeto de modernidade e progresso brasileiro, alinhando-se à globalização em curso, assim, os padrões de consumo se fortalecem, sendo desta época os primeiros hipermercados, lojas de departamento e *shoppings* do país. Nesse contexto, o espaço da casa e a centralidade do núcleo familiar, inscritos como importante traço da sociedade brasileira, são tensionados pela dinâmica da globalização: “(...) a vida em família não é mais governada pelo passado, pela tradição, senão pelo futuro, pela aspiração à ascensão individual, traduzida antes de tudo pela corrida ao consumo” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 605).

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE, obtidos no último censo, em 2010, seguem especificadas algumas características sobre os domicílios unipessoais no Brasil, com o propósito de enfatizar o fenômeno aqui retratado. Assim, no Gráfico 1 “Distribuição percentual de unidades domésticas (2000- 2010)” nota-se a qualidade decrescente do arranjo doméstico tradicional ocupado por 02 ou mais pessoas e, por outro lado, há o crescimento percentual das residências unipessoais e daquelas formadas por aqueles que não possuem vínculos de parentesco:

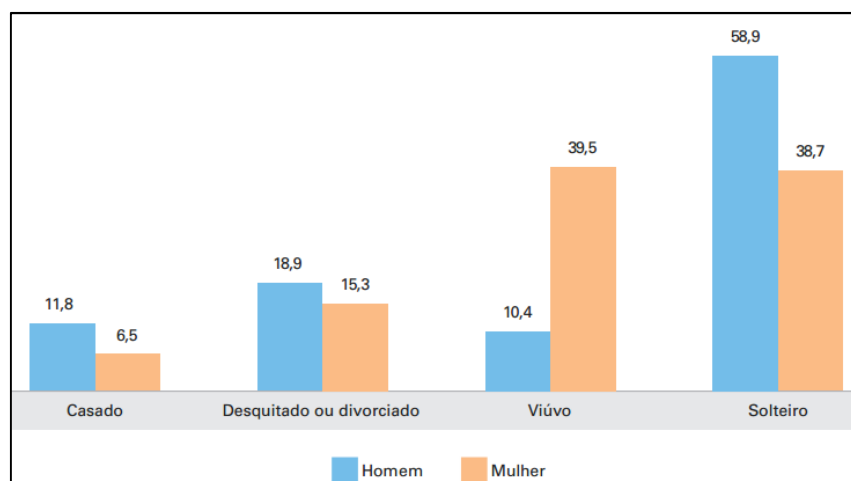
Gráfico 1: Distribuição percentual de unidades domésticas (2000 – 2010).



Fonte: Censo Demográfico 2010 – Famílias e Domicílios – resultado da amostra (IBGE, 2011).

A tendência de flexibilização do formato da família tradicional torna-se evidente. Do mesmo modo, é possível visualizar a crescente porcentagem de pessoas morando sozinhas, marca que atinge o número de 12,1% em 2010. Esse estilo de vida sela a sua relação com a cidade quando marca-se que 89% dessas unidades estão em áreas urbanas do país (IBGE, 2011). Ainda de acordo com esses dados, sobre as características das pessoas que ocupam essas residências, há um crescimento de 82% de idosos que moram sozinhos entre os anos de 2000 e 2010, e 50% de jovens entre a faixa etária de 15-29 anos nessa mesma condição. Ao observarmos esses aspectos através da perspectiva do estado civil, tais particularidades fazem-se nítidas:

Gráfico 2: Estado civil do(a) responsável pela residência unipessoal.



Fonte: Censo Demográfico 2010 – Famílias e Domicílios – resultado da amostra (IBGE, 2011).

Modernidade e individualização

O projeto de modernização tem como característica basilar o estabelecimento do indivíduo no espaço urbano, condição que configura novos aspectos relacionados à sociabilidade e ao âmbito subjetivo. À vista disso, Elias (1994) aponta o subsequente descolamento do indivíduo em relação ao conluio familiar proporcionado pela vivência urbana, afastando-se, pois, da necessária adequação aos ditames nele inscritos, de modo a enfraquecer o papel dessa instituição enquanto administradora de subjetividades. Tal aspecto coercitivo exercido por meio da organização familiar, também foi evidenciado por Ariès (1981), de acordo com o qual a regulação das

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

particularidades dos integrantes de determinada família atende a papéis estabelecidos *a priori* da manifestação do desejo do sujeito: condição que representa uma antítese à ideologia da liberdade individual e exercício de singularidade, as quais dão tonalidade à experiência contemporânea. Desse modo, o empreendimento urbano se estabelece enquanto local de convivência daqueles que são heterogêneos entre si, favorecendo o investimento do sujeito em sua diferença, tendo em vista que esse espaço constrói-se em sentido contrário ao das pequenas comunidades, onde a preocupação era preservar a semelhança entre seus membros, combatendo os elementos estrangeiros que destoavam de tal conformação.

Consoante a tais proposições, através do artigo “A metrópole e a vida mental” publicado em 1902, Simmel aprofunda-se no modo como a consolidação da ótica individualista e as novas configurações espaço-temporais, dadas pelo aparato industrial e desenvolvimento das cidades, refletem-se de modo a envolver o sujeito, progressivamente, na experiência da individualidade. Dos arranjos sociais que antecederam o fortalecimento daqueles elementos próprios da modernidade, o autor enfatiza a limitação, rigorosamente contornada, dos pequenos agrupamentos, condição que o leva a denominá-los de “delimitação ciumenta” (SIMMEL, 1967, p. 17), posto o combate à figura do diferente, por ser aquele que desestabiliza a coerência do grupo, e dessa forma, joga luz na ação de controle exercida sobre as individualidades em tal contexto, restringindo, então, o processo de singularização, tendo em vista a ruptura que a manifestação de tal aspecto representa para a uniformidade do grupo. O funcionamento de tais comunidades, portanto, dirigia-se enquanto força centrípeta, orientando as ações individuais ao centro dos agrupamentos, enfatizando a tradição enquanto elemento nuclear, a qual, por meio da repetição de seus componentes, fortalecia-se nesse processo.

A modernização aproxima-se, dessa forma, de uma pluralização do enredo social, diante da qual o indivíduo tem o sentimento de particularidade amplificado e os contornos de sua individualidade sobremaneira demarcados. Holanda (1995) reconhece uma fissura na organização social brasileira em relação aos modos de sociabilidade que se estabelecem. Para esse autor, apesar do desenvolvimento de um ideal de modernização no país, as relações sociais estabelecidas reiteram os valores de ordem patriarcal. Se o percurso moderno gera, sobretudo, um

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

distanciamento do indivíduo de sua comunidade de origem. Para o autor em questão é, sobretudo, no âmbito da família que a força conservadora opera e se reproduz de forma mais intensa: “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição entre nós” (HOLANDA. Apesar de o país estar suscetível à ideologia do capitalismo, as relações sociais operam segundo a lógica tradicionalista, o que culmina num paradoxo entre o homem cordial e a cultura individualista, orientada ao fortalecimento da heterogeneidade. Assim, o paradigma de socialização do Brasil tem como eixo a cordialidade e proximidade e combinação com o outro, em detrimento da relação do indivíduo consigo mesmo, a fim de diferenciar-se.

Figueiredo (1995) aborda essa questão referindo-se ao pressuposto de independência, próprio da atualidade, como afastamento do sujeito da necessidade invariável de seguir valores advindos de uma ordem hierárquica, desta forma, abre-se a possibilidade da pessoa orientar-se segundo suas próprias premissas. No entanto, o exercício desta liberdade, afirmará o autor, restringe-se ao campo do privado, onde o sujeito usufrui da ausência de normas sociais. Como reflexo dessa condição, Elias (1994) sugere que se desenvolve no indivíduo uma experiência de cisão entre seu mundo interior e a sociedade. A autenticidade cultivada no meio privado deve-se restringir no campo social, posto o fortalecimento dos ditames sociais, que operam numa sociedade individualizada. As atitudes públicas tendem a ser, sobremaneira, calculadas e protocolares, daí a concepção de indivíduo *blasé* no contemporâneo; em contrapartida, o cerceamento daquilo que é espontâneo será libertado na esfera íntima.

O espaço privado, antes referência necessária ao ambiente familiar, afrouxa-se e assume novas configurações na atualidade. Assim, Elias (1994) estabelece que a organização social a partir de grupos enquanto reduto para os sujeitos, diz respeito a comunidades primitivas, onde o controle e a proteção do indivíduo são exercidos pelos outros, responsáveis por atuar diretamente na postura e escolhas a serem adotadas particularmente. A identidade singular é suplantada pela referência ao agrupamento de origem, assim, as pessoas, nessa condição, apropriam-se de uma identidade-nós. Com o advento da industrialização, e desenvolvimento das cidades, o sujeito despreza-se de tal ordem, e fortalece-se o ideal de autonomia. O controle

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

antes atribuído ao outro, é internalizado – além daquele operado pelo Estado -, daí advém o processo civilizador, consolidado por Elias.

Em oposição ao que indica Ariès (1981), o sujeito individualizado sensibiliza-se em relação à diferença – aquela que desenvolve em si, e que o outro, da mesma forma, carrega. Portanto, nas sociedades em que predomina a ruptura com a tradição e exercício da liberdade individual, o convite à diferenciação será um ideal, de forma que, em oposição à identidade-nós, será erigida a identidade-eu. Todavia, Elias (1994) designa que o trânsito entre essas duas categorias indenitárias não é estanque, assim, o sujeito pode apropriar-se tanto de pressupostos coletivos, como individuais, segundo as particularidades do contexto que está inserido, como também, de seu desejo. Por isso, no que tange ao intenso processo de individualização no contemporâneo, o autor assevera:

Mas essa conformação social das relações humanas não extinguiu a necessidade humana fundamental de um impulso de afeição e espontaneidade nos relacionamentos com os outros. Não faz desaparecer nas pessoas o desejo de segurança e constância na afirmação da afeição dos outros por elas, nem a contrapartida desse desejo, o da companhia daqueles de quem elas gostam. (Elias, 1994, p. 167).

O movimento de desagregação dos indivíduos perante os grupos, em especial, o de parentesco, também figura no pensamento de Giddens (2002) ao desenvolver as categorias de sociedade heterônoma e autônoma. A primeira refere-se ao governo do sujeito a partir de instituições e ordens elaboradas à revelia de seu desejo, em vista disso, cabe ao indivíduo submeter-se a instruções que advém do exterior. Em contrapartida, numa sociedade autônoma, atribui-se à pessoa a alternativa de empoderar-se das decisões referentes à sua vida, em especial no campo privado, visto que os ditames sociais permanecerão atuantes através do Estado e autocontrole, no espaço externo. À luz disso, o autor em questão interpreta a sociedade ocidental, da atualidade, como pós-tradicional, onde se instaura o regime do questionamento e conseqüente superação de paradigmas até então hegemônicos. A trajetória, e constituição dos indivíduos, se darão por meio da reflexividade, a partir da qual opera a contestação e significação do que é experimentado pelos sujeitos:

[...] a tradição, ou os hábitos estabelecidos, ordena a vida dentro de canais relativamente fixos. A modernidade confronta o indivíduo com uma complexa variedade de escolhas e, ao mesmo tempo, oferece pouca ajuda sobre as opções que devem ser selecionadas. (Giddens, 2002, p.79).

Frente ao conceito de reflexividade, a ideia de condição passiva do sujeito diante do que é fornecido, em especial pela cultura de massa, com vistas ao consumo, é diminuída. Se a atualidade promove a ruptura de referências e atribui a responsabilidade ao sujeito de significar e orientar suas vivências, a inatividade condiz ao avesso de tal circunstância. Inserido num contexto de rupturas, e diversas possibilidades de identificação, o sujeito contemporâneo está muito mais para o fluxo que inerte.

A formulação em debate alude a uma dinâmica de constante revisão das normas socialmente constituídas, sob o bojo de novos conhecimentos e informações circundantes. Esse movimento de insistente reformulação abre espaço para uma sociedade plural, posto que preceitos hegemônicos e padronizados enfraquecem-se num corpo social cada vez mais diversificado e interconectado. Assim, ganha espaço a luta de direitos dos chamados grupos minoritários, a igualdade de gênero e zelo pelas singularidades.

As relações sociais e a experiência autoreflexiva do sujeito, num enredo pós-tradicional, possuem como núcleo em central a intimidade. Tantos os vínculos de amizade, como afetivos, antes orientados segundo os padrões heterônomos, se darão por meio da relação pura. A confiança entre os pares, construída no âmbito da intimidade, é o que resguardará a união, por isso o termo “pura”, dado que o relacionamento atende ao desejo particular das pessoas envolvidas, estando isento de ruídos externos. Apesar das relações interpessoais estarem imersas num contexto de impessoalidade, como afirma Augé (2010), é por intermédio dos espaços de intimidade que se dará a significação de vínculos, bem como o projeto reflexivo do eu (Giddens, 2002).

A ideia de derrubada dos vínculos interpessoais, defendida por autores citados na primeira parte deste relatório, pode ser entendida como o enfraquecimento dos modelos convencionais de relacionamento, responsáveis por edificar o padrão de família tradicional, por exemplo. Se as relações têm como alicerce, cada vez mais, algo que se refere somente as pessoas envolvidas, vivenciado na privacidade, a perspectiva pela qual se observa essas novas condições não pode permanecer estanque, em referência a valores em via de

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

superação, daí o caráter distópico que emerge de tais análises do social. As maneiras de vinculação tradicionais, baseadas em papéis definidos a serem adotados de acordo com o gênero, além da condição hierárquica, dizem respeito à tradição como força normativa, sobre a qual opera o dinamismo de ruptura e multiplicação de referências da atualidade.

Portanto, quando se fala de empobrecimento da esfera pública, em oposição ao crescimento desmedido do espaço íntimo (Sennett, 1988), podemos depreender disso tanto uma singularização de referências, posto o projeto reflexivo do eu, como também, uma busca pela significação de si e das relações estabelecidas, dado que o ambiente público tende à impessoalidade (Augé, 2012). O âmbito privado representa, então, o lugar onde são desenvolvidos os referenciais de confiança, e isso não é sinônimo de isolamento do sujeito, já que a coerência dos seus projetos, construídos reflexivamente, requer a apropriação e concretização no enredo social:

O privatismo é, sem dúvida, característico de grandes áreas da vida urbana moderna, consequência da dissolução do lugar e do aumento da mobilidade. Por outro lado, áreas urbanas modernas permitem o desenvolvimento de uma vida pública cosmopolita de maneiras que não estavam disponíveis em comunidades mais tradicionais. Pois os ambientes urbanos modernos oferecem uma diversidade de oportunidades de os indivíduos procurarem outros com interesses semelhantes e com eles formarem associações, além de oferecer mais oportunidades para o cultivo de uma pluralidade de interesses em geral. (Giddens, 2002, p. 162).

Discussão

Em vista do que foi colocado, serão apresentadas diferentes perspectivas que desenvolveram a temática que envolve a individualização, solidão e as experiências de morar só, através de dissertações de mestrado produzidas entre os anos de 1995 a 2010. A primeira delas é “Home Sweet Lonely: solidão e pós-modernidade (1995). Nela, o autor caracteriza o período contemporâneo como um momento de significativo distanciamento entre os indivíduos, dado pelo paradigma de liberdade individual e supressão da esfera pública pela privada. Desse modo, a condição de estar só se constitui como um elemento central do modo de funcionamento da sociedade urbanizada. Em vista disso, a solidão seria uma experiência cotidiana, condição que a esvaziaria de sentido, de modo a promover um silenciamento crítico do sujeito, contribuindo para o tom de mal-estar e desamparo que, segundo o autor,

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

se acentua na atualidade. Assim, morar só sintetizaria a face mais impiedosa da cidade, a saber, o resguardo invariável da privacidade, elegendo o anonimato como experiência privilegiada no espaço urbano: “[...] o outro é esquecido, não se pronuncia e deixa de existir” (CARVALHO, 1995, p.175). Segundo este autor, o distanciamento do indivíduo da tradição, da crença e, inclusive, da figura de Deus, são responsáveis por lança-lo à deriva do destino em completa situação de desamparo. Os sentimentos de vazio existencial, angústia e depressão atingem patamares exorbitantes em vista de dessa condição. Valendo-se de uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo, em 08 de dezembro de 1985, a qual aborda o hábito de pessoas que saem sozinhas para passear, Carvalho interpreta esse comportamento da seguinte forma: “em sua grande parte esses indivíduos não têm família, moram sozinhos e sentem-se, muitas vezes, incomodados pela sensação de solidão e isolamento (CARVALHO, 1995, p. 181). O autor, portanto, assinala uma equivalência semântica entre o estar só e com o isolamento.

Seguindo um estudo sobre tal qualificação negativa quanto a experiência de solidão, Peres (2000) “Entre a solidão e a amizade: cartografias contemporâneas da subjetividade”, aborda a vivência desses sentimentos por jovens universitários que deixaram suas cidades natais para iniciar os estudos acadêmicos. Para isso, o autor vale-se de um grupo terapêutico, sem um tema pré-definido, onde esses jovens expõem suas novas experiências, dentre elas, a que atinge maior incidência é o conflito entre o contato e distanciamento do outro. A iniciar pela mudança de cidade, os jovens relatam que um sentimento de desamparo surge de tal distanciamento do núcleo familiar, isto devido à falta de referências até então bem conhecidas e fixas. Essa mudança de vida os coloca numa condição de desterritorialização, em que deverão buscar novos pontos de confiança por si mesmos, como condição desse processo de descolamento do que era conhecido. Disso também advém a necessidade de ressignificar valores e modos de relacionamento que até então se tinha, baseados no contexto de onde vieram. O que emerge de tal condição é, inicialmente, o encontro com a solidão, a qual é bastante estigmatizada pelos estudantes, a partir daí surge o imperativo de proximidade com outras pessoas, já que a solidão é entendida, pelos jovens em questão, como um sentimento a ser evitado.

[...] associada à ideia de isolamento e de abandono, a solidão representa, na nossa cultura, a negação de alguns valores considerados fundamentais à realização humana, como o trabalho, o amor e a aceitação social. Nesse sentido, aquele que sente ou que busca a solidão é visto, quase sempre, como um desajustado, um doente, um marginal [...]. (Ortelan, 1996, p. 15).

O autor indica uma tendência à patologização do estar só, a fuga da condição de estar só orienta os jovens e, amplia o autor, a sociedade, posto que esta é uma máxima difundida no senso comum. O que é defendido nesta dissertação, no entanto, é a solidão como uma possibilidade de potência, ou seja, de recolhimento para cultivo da reflexão e produção de novas formas de se lançar para o outro, o que se dá a partir da ruptura com o que é habitual. Dificilmente este outro viés da solidão ganha ênfase nos discursos dos estudantes envolvidos na dissertação, e aqui faço uma ressalva, na produção bibliográfica a respeito do tema, sendo que a possibilidade de recolhimento e exercício da reflexividade é inadvertidamente colocada de forma generalizada como uma conduta narcísica do indivíduo contemporâneo. O autor pontua que a reprodução do descrédito quanto à solidão viabiliza mecanismos de homogeneização de subjetividades, uma vez que engendra a repetição do que está dado, afastando a possibilidade de ruptura, estranhamento e diferenciação, portanto:

Tomar a experiência da solidão como uma estilística da existência [...] um trabalho sobre si mesmo para a construção de um estilo de vida, permite às pessoas fomentarem novos processos de subjetivação que produzam outros modos de viver. (Peres, 2000, p.146).

Contrariando tais postulados, se desenvolve a dissertação “Só há solidão porque vivemos com os outros: um estudo sobre as vivências de solidão e sociabilidade entre mulheres que vivem só no Rio de Janeiro”, Martins (2010). A ideia de estudar essa temática teve como questão disparadora encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, em 2008, destinados a pessoas que se sentiam solitárias, o intuito era o de que, através das reuniões, esses indivíduos construíssem uma rede de vínculos entre si, a fim de protegê-los da solidão, além de oferecer auxílio terapêutico. A autora pontua que, para o secretário, responsável por tal programa, a solidão era vista como um problema social, já que, para ele, a solidão deveria ser combatida, pois, uma vez que as pessoas rompem com o isolamento, a tendência de elas adoecerem seria menor.

No entanto, com a mudança de governo municipal, o projeto fora encerrado, assim, a autora decidiu realizar sua pesquisa através de entrevistas com mulheres que morassem sozinhas na cidade, justamente para problematizar as questões de solidão e sociabilidade que atravessavam a ideia do antigo projeto. Martins defende que se deve ampliar o entendimento sobre a condição de morar só, já que isso não é referência necessária à condição de isolamento, portanto, de cisão do contato social. Com base nas entrevistas realizadas, a autora identificou que tais pessoas investem, sim, em relações sociais, e que isto atua diretamente nos significados atribuídos às experiências de estar só. Há, nessa situação, uma preferência pela privacidade enquanto pressuposto de liberdade e empoderamento, de forma que esse recolhimento só se dá em relação aos outros, numa teia de relações, das quais o sujeito se refugia: “O espaço da casa – espaço de privacidade – representa [...] um *locus* de construção do sujeito na medida em que é o terreno no qual ele expressa sua vontade e estabelece proximidades com um reino da liberdade” (MARTINS).

A aproximação, na categoria de sinônimos, entre solidão e isolamento, o que amplia o estigma referente a essa experiência, não condiz com as vivências de quem mora só, justamente pela questão do empoderamento acima mencionado. Ou seja, a solidão representa uma opção do sujeito de recolhimento, enquanto o isolamento está para uma vivência forçada de distanciamento da sociedade. Desta forma, é possível estabelecer conexões entre a solidão, privacidade e recolhimento, sendo que essas experiências dizem respeito a algo que pode ser prazeroso e, portanto, almejado pelas pessoas. Disso decorre a afirmação de uma das entrevistadas, em tal dissertação, que diz gostar de *estar* sozinha, e não de *ser* sozinha; o que opera no gerenciamento entre essas duas situações é, justamente, o seu desejo de busca ou distanciamento das demais pessoas. Outra categoria que aparece nos discursos colhidos é o poder que se refere à plasticidade do regramento doméstico, sem a interferência de outrem; há, também, experiências de proximidade entre o cuidado da casa e aquele atribuído a si: *eu adoro fazer faxina, porque eu acho que a faxina é a minha vida também, as coisas que não estão legais eu vou arrumando também (sic)*. Com isso, pode-se visualizar mais claramente a solidão como disparadora da ressignificação de si.

A autora assinala que o espaço referente à companhia dos outros, segundo as entrevistadas, é a cozinha. Elas relatam o esvaziamento de sentido em preparar refeições sem outra pessoa com quem possam compartilhar, disso se segue o hábito de comer fora, ou produtos pré-prontos, a autora também vale-se do adendo que, a primeira forma de socialização do humano, se dá através do paladar, no caso, da amamentação, de forma justificar a cozinha como lugar de vinculação. O ato de cozinhar, afirma o escritor Mia Couto, é uma forma de amar, portanto, é razoável estabelecermos uma conexão entre a falta de sentido atribuída a essa atividade, como percepção da ausência do outro, que não é suplantada pelo centramento do sujeito em si mesmo. Está é uma das rachaduras que nos permite visualizar que morar só não se constitui como um estilo de vida dissociado das relações sociais, muito pelo contrário, o silêncio do outro é sentido.

A partir dos depoimentos, Martins (2010) indica que, na experiência dessas pessoas, a situação de estar só é de fundamental importância no que se refere à singularização frente escolhas cotidianas, além de questionamentos subjetivos; uma vez ultrapassada a dimensão de circunstância deliberada, sobrevém o sentimento de solidão enquanto isolamento. Morar só representa o poder de administrar o distanciamento e proximidade com o outro, tento como parâmetro o desejo do indivíduo. O isolamento desabrocha quando as possibilidades de realização de tal desejo são, por algum motivo, impedidas. Esta colocação nos permite ampliar a análise para o contexto social, a partir de Elias (1994), que desenvolve a ideia de diferenciação entre eu interior, sobremaneira resguardado pelo sujeito, e o eu protocolar/exterior, responsável pelo contato formal com as demais pessoas, orientado segundo os ditames sociais. O sentimento de solidão imposta, assim como na experiência de morar só, surge diante do bloqueio de manifestação do verdadeiro eu, acompanhado de sua espontaneidade, disto emerge a ideia de solidão em meio à multidão. A condição de isolamento, portanto, figura como incapacidade de realização dos desejos particulares, aproximando-se da noção de desamparo.

Aprofundando-se nesse pensamento, para Bachelard (1974), a casa – referência primeira à proteção, ao acolhimento e segurança -, convida o sujeito a entrar em contato com experiências sensitivas e dá-las significados através dos devaneios. Desta forma, por convidar o sujeito ao processo de reelaboração, resgate de

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

memórias e produção de novos sentidos, a casa aparece como um espaço de integração psíquica. A singularidade da experiência obtida em tal espaço está relacionada à sobrevivência da infância entre suas paredes:

[...] sem a casa, o homem seria um disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida [...] Sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço. (Bachelard, 1974, p. 201).

Para o autor, a vivência de abrigo associada à busca pela solidão está atrelada à constituição do sujeito, ou seja, a segurança do espaço proporciona à pessoa elementos que lhe permitem um mergulho em si mesma: a integração externa proporciona a interna, e vice-versa. A casa corresponde, então, aquela onde essas experiências de solidão, tédio, de sonhos e devaneios estão resguardadas. Quando angustiantes, essas sensações tornam-se suportáveis devido ao contorno de segurança e acolhimento próprio do lugar. O espaço habitado, experimentado, significado, é, portanto, vetor de subjetivação. Assim, residir só, pode representar uma possibilidade para o estabelecimento de vínculos interpessoais mais íntegros, uma vez que a pessoa se fortalece nos momentos de resguardo: o jogo desejo/frustração - impreterível no relacionamento com outras pessoas -, pode ser elaborado e, portanto, suportável.

Conclusão

Os pressupostos alavancados pela modernidade que orbitam em torno da defesa da garantia de direitos do indivíduo e promoção da igualdade entre os indivíduos para o estabelecimento de uma sociedade democrática, encontram uma unidade em comum: a individualidade. A consagração do capitalismo e difusão das ideias liberais firmam a orientação individualizada que se fortalecerá na sociedade ocidental. Em vista disso, os espaços urbanos tendem a orientarem-se pelo viés da segmentação, de modo a concentrar a manifestação progressiva de diferentes particularidades.

É necessário reconhecer que as condições macro-sociais relacionadas à individualização podem ser subjetivadas pelo indivíduo por via da reflexividade. Dessa forma, esse fenômeno pode aproximar o sujeito de uma estilística de si, além da busca por relações que se estruturam por outras vias que não as dependência e hierarquia. O distanciamento do indivíduo não necessariamente requer uma situação de isolamento, mas sim, à condição de trânsito que vai de seu recolhimento ao

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

outro. Portanto, de acordo com Tanis (2003), a abertura para esse espaço de movimento entre duas pessoas, responsável por estruturar entre elas uma relação não-fusão, diz respeito à possibilidade de desenvolvimento de um olhar crítico, fomentado pelo deslocamento entre diferentes perspectivas que se manifestam nesse percurso.

Com base na revisão bibliográfica, foram identificadas diferentes facetas atribuídas, respectivamente, à individualização no contemporâneo, da qual tomamos como figura a experiência de morar só, estilo de vida em franco crescimento no cenário urbano atual. Existem poucos trabalhos que discutam esse fenômeno de outra perspectiva, ou que, ao menos, levem em consideração seu aspecto ambíguo. A individualização aproxima-se tanto da solidão, quanto da liberdade, sendo ainda é dominante a interpretação estigmatizada, associando-a ao isolamento. Neste artigo, buscou-se revisitar tal experiência, por meio do exame bibliográfico e relatos de pessoas que vivenciam essa condição, onde identifica-se que a continuidade de certa crítica e evitamento no tocante à solidão se dá num contexto onde os valores familiares, e de ordem conservadora, ainda reverberam. O modelo de vínculos familiares transborda os lares e conduz a reprodução de tais relações no âmbito social, de tal forma que o sujeito que se recolhe e resguarda sua intimidade corresponde ao oposto do homem cordial enunciado por Holanda (1995), o qual ainda parece ser um paradigma de socialização contumaz no Brasil.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Em: **Os Pensadores XXXVIII**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. Em: SCWARCZ, Lília. Moritz. (Org.) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 422-433.

CARVALHO, Sérgio Lage Teixeira de. **Lonely sweet home: Solidão e Modernidade**. 1995. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ELIAS, Nibert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”

17 a 20 de outubro de 2016

GT 07 Estilos de vida, consumo e práticas culturais

FIGUEIREDO, Luís Claudio. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Característica da população e dos domicílios: resultado do universo**. Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, Isis Ribeiro. **“Só há solidão porque vivemos com os outros...” Um estudo sobre as vivências de solidão e sociabilidade entre mulheres que vivem sós no Rio de Janeiro**. 2010, Dissertação de Mestrado. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://teses2.ufrj.br/Teses/PPGAS_M/IsisRibeiroMartins.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2016.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Em: SCWARCZ, Lilia Moritz (Org.) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 560-606.

ORTELAN, José Ângelo. **Os sentidos da solidão na produção da vida**. 1996. Dissertação de mestrado em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PERES, Willian Siqueira. **Entre a Solidão e a Amizade: cartografias contemporâneas da subjetividade**. 2000. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. Em: VELHO, Guilherme Otávio. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: 1987.

TANIS, Bernardo. **Circuitos da solidão: entre a clínica e a cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.